

Falta conciliação para Constituinte

71 OUT 1985

CORREIO BRAZILIENSE



O deputado Flávio Bierrenbach (PMDB-SP), presidente da comissão mista que examina a emenda convocando a Assembléia Nacional Constituinte, disse ontem que ainda não conseguiu encontrar uma fórmula que concilie o Congresso com as entidades representativas da sociedade civil, no que diz respeito à forma da Constituinte.

O relator também não encontrou solução definitiva para a ampliação da anistia, reclamada por milhares de cidadãos civis e militares punidos pelo movimento militar de 1964. Assim mesmo, ele afirmou ontem ao CORREIO BRAZILIENSE que, na próxima terça-feira estará com o seu parecer concluído.

DIFICULDADES

O deputado Flávio Bierrenbach não encontra amparo dentro do Congresso e de seu próprio partido para a idéia de uma Assembléia Nacional Constituinte autônoma ou exclusiva, como querem as entidades representativas da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa e a CNBB.

A maioria do Congresso repele a proposta de eleição separada de delegados constituintes, de um a vinte por cada Estado, depen-

dendo da dimensão do seu eleitorado. Bierrenbach conseguiu a concordância do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, para estabelecer negociações a fim de encontrar uma fórmula conciliatória entre a posição do Congresso e das entidades da sociedade civil.

O Congresso, pela sua maioria esmagadora, quer o Congresso-Constituinte, ou seja, os mesmos políticos eleitos em 15 de novembro para elaborar a futura Constituição fariam parte do Congresso Nacional. Existem parlamentares, como José Machado Sobrinho (PFL-MG), que manifestam apoio à Constituinte exclusiva como passo indispensável para que a sociedade brasileira se modernize e consiga melhorar as condições sociais do povo.

No caso da anistia, já chegou ao conhecimento do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, e o relator da comissão mista, Flávio Bierrenbach, as dificuldades que geraria a emenda de autoria do deputado gaúcho Jorge Uequed (PMDB).

Levantamento procedido pelo Ministério do Exército revelou que, só nesta força, o pagamento dos atrasados importaria no desembolso pelo Governo de três trilhões de cruzeiros.

Anistia provoca decepção

O relator da Comissão Mista que examina a Emenda Sarney convocando a Constituinte, deputado Flávio Bierrenbach (PMDB/SP), esclareceu ontem ao segundo-tenente Paulo Ferro Costa, membro do Comitê de Anistia do DF, que existem três hipóteses para a definição de uma nova lei de Anistia que beneficie os punidos pelo movimento de 64, entre eles 7.080 militares.

A primeira hipótese seria o compromisso político do Governo de apresentar um outro projeto concedendo a anistia; a segunda seria a concessão da anistia, através de um substitutivo, que somente permitiria as promoções, excluindo a reintegração e as indenizações, e

LUIZ MARQUES

a última hipótese, seria a votação da Emenda Jorge Uequed em plenário, sem negociação, correndo-se o risco de ser rejeitada.

Decepcionado com a falta de perspectivas, Paulo Ferro diz que tentará esclarecer o presidente José Sarney — em uma audiência ainda a ser marcada — que a concessão da Anistia faz parte do programa do partido ao qual pertence, que é o PMDB. “A concessão da anistia sempre foi uma questão de princípio para o PMDB”, observa o militar. Ele afirma que a posição dos militares é de que a justiça é indivisível e, portanto, nenhuma das três hipóteses apresentadas por Bierrenbach é satisfatória.



Bierrenbach foi procurar apoio em Ulysses

ANC 88
Pasta 10/85-1
101/1985

n.
ir
N
q
c
o
d
s
U
M
o
s
s
g
C
e
n
q
d
v
n
s
I
c
a
r
c
q
f
I
r
l
f
ç
ã
c
GIL

tr
n
d
S
C
at
b
m
S
d
A
P
C
C
N
S
T
C
P
à
çõ
es